

ATA DA 009ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Ciro Roza - Dado Cherem - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO DIRCEU DRECH - Registra o encontro da Fecam; refere-se às eleições para prefeito em municípios catarinenses; comenta a terceirização da alimentação escolar.

DEPUTADO VALMIR COMIN - Aborda o Projeto de Lei n. 0019/2013, que institui a Semana Estadual de Educação Preventiva e de Enfrentamento à Endometriose; lamenta o fechamento da casa de tratamento psiquiátrico de Rio Maina.

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Comenta a cassação de Paulo Stuart Wright.

DEPUTADO NEODI SARETTA (pela ordem) - Aborda a criação, na Assembleia Legislativa, do Memorial Paulo Stuart Wright.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Manifesta-se a respeito do ex-deputado Paulo Stuart Wright.

Partidos Políticos

DEPUTADO EDISON ANDRINO - Manifesta-se a respeito do ex-deputado Paulo Stuart Wright.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Reporta-se à segurança pública.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Comenta a situação dos servidores que atuam nas áreas do Instituto Geral de Perícia (IGP) e dos IMLs do nosso estado.

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Faz considerações a respeito do decreto que mudou a fórmula de cálculo do ICMS.

Explicação Pessoal

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Discorre a respeito de um trabalho realizado ontem em Brasília junto à Frente Parlamentar Nacional em Defesa dos Hospitais Filantrópicos e Santas Casas do Brasil.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Manifesta-se a respeito da saúde e da segurança pública.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Comunica que vai solicitar uma audiência pública em Araranguá, com o objetivo de viabilizar no campus da UFSC o curso de Medicina, naquele município.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Inicialmente, ao ocupar esta tribuna na tarde de hoje, sr. presidente deputado Padre Pedro Baldissera, quero agradecer ao colega deputado Valmir Comin pela troca do nosso horário, pois temos alguns compromissos.

Gostaria de cumprimentar os catarinenses que nos acompanham, especialmente os vereadores, vereadoras, prefeitos e vice-prefeitos que aqui estão. Muitos deles estiveram presentes no encontro da Fecam, que terminou ao meio-dia de hoje, e contou com a presença do ministro dos transportes, fazendo uma grande exposição sobre os investimentos que o governo federal está fazendo e prevendo para Santa Catarina em projetos e execuções na área das ferrovias. Eu já havia comentado ontem sobre a questão das rodovias, dos portos, enfim, de toda a área de infraestrutura do nosso estado.

Gostaria de cumprimentar o presidente da Fecam e prefeito de Gaspar, Celso Zuchi, e todos que participaram desse grande evento.

Sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, deputada Ana Paula Lima e deputada Luciane Carminatti, da nossa bancada, no próximo domingo teremos uma eleição municipal extraordinária devido aos problemas ocorridos no primeiro turno, e o nosso partido, como na outra eleição, terá uma participação ativa nesse processo eleitoral.

Estaremos, no próximo domingo, dia 3 de março, em quatro municípios participando de todas as eleições majoritárias. Temos candidatos a prefeito em Campo Erê, o companheiro Rudimar Borcioni; em Balneário Rincão, o nosso colega e ex-deputado Décio Góes; em Criciúma, o nosso companheiro Fábio Brezola, e temos também a participação na chapa de vice-prefeito numa aliança que fizemos no município de Tangará.

O PT tem-se destacado nesses últimos anos com sua participação ativa no debate da estratégia de desenvolvimento dos municípios catarinenses, tanto

na discussão das Câmaras de Vereadores, no crescimento que tivemos na eleição para vereadores na última eleição, quanto na participação das administrações municipais. Não somente governando os municípios como também participando de um grande debate em estratégia de desenvolvimento das políticas públicas e de desenvolvimento dos nossos municípios.

E não é diferente agora, em que o partido está-se propondo não somente construir um projeto para quatro anos. Ele está pensando em um projeto em longo prazo nos municípios. Infelizmente, nossos eleitos olham somente para quatro anos. E o ex-presidente Lula começa no Brasil a desenhar uma perspectiva de os governos olharem para os próximos 20 anos, 30 anos, 50 anos, cem anos. Por isso foram feitos investimentos estratégicos em setores, como, por exemplo, a recuperação do modal ferroviário em nosso país, sendo hoje apresentado, inclusive, pelo ministro dos Transportes no encontro da Fecam, que é o grande investimento na estratégia ferroviária, rodoviária, de aeroportos, portos, enfim, na estrutura de desenvolvimento de nosso país.

É isso que esperamos dos prefeitos eleitos no próximo domingo e também dos atuais que já começaram sua gestão no dia 1º de janeiro deste ano, ou seja, que construam grandes projetos para os municípios. Sempre falamos que a política só tem sentido existir se for de fato para melhorar a vida das pessoas. Esse é o grande compromisso, o papel político das lideranças que se propõem a atuar nos municípios.

Então, esse é o grande desafio a ser vencido. Esperamos que a população escolha as pessoas mais preparadas e mais comprometidas com o desenvolvimento do nosso estado. E o PT está apresentando nesses municípios pessoas, lideranças preparadas para atuar nas administrações desses quatro municípios onde haverá eleição.

Sr. presidente, outro tema que trago a esta tribuna, como tantas vezes já o fiz, é a nossa polêmica sobre a terceirização da alimentação escolar.

Quero, em nome dos vereadores e vereadoras de Alto Bela Vista, um pequeno município do oeste do estado, que tem na agricultura sua grande força, conchamar mais uma vez o governador Raimundo Colombo e o secretário da Educação para que revejam imediatamente essa questão da terceirização da alimentação escolar.

Como em Alto Bela Vista, muitos outros municípios, deputado Neodi Saretta, precisam fortalecer a agricultura familiar para que de fato esse setor tenha mais possibilidade de renda, de comércio e de produção de alimentos diferenciados para diversificar as nossas propriedades. E a alimentação escolar é uma grande possibilidade. Na política nacional temos muitos municípios que já se baseiam na lei federal que diz que os municípios devem comprar no mínimo 30% e muitos já estão chegando a 100%.

O que lamentamos é essa falta de compromisso de cunho político do governador, de cobrar da secretaria da Educação um encaminhamento desta questão. Inclusive nos últimos dias, a professora Vera, que estava cuidando desse processo, todo foi trocada no seu cargo de diretora. Fizemos vários seminários nas regiões com todos os municípios, com as organizações, enfim, houve toda uma expectativa para dar andamento neste processo no início do ano, empurraram para abril e agora com a troca da diretora, outras pessoas entraram e teremos que começar a discussão lá do início. Então, não teremos, novamente, em abril nenhuma iniciativa para essas quatro regionais, compromisso assumido pelo governador do estado.

Por isso, estamos cobrando que o estado retome imediatamente essa questão da gestão pública da alimentação escolar. O próprio Supremo Tribunal Federal decretou que o estado deve rever e fazer a gestão pública da alimentação escolar.

O que está havendo de fato? Há esse grande compromisso sobre o qual se levantaram suspeitas por parte da secretaria da Educação com essas empresas de terceirização que estão, inclusive, nas páginas policiais pelo Brasil afora. Então, queremos que o secretário da Educação e o

governador do estado tomem posição de uma vez por todas e criem uma forma diferenciada de gestão pública que fortaleça a nossa agricultura familiar.

Ontem o secretário da Agricultura anunciou medidas na sua pasta. Que bom seria que uma das políticas do estado e da secretaria fosse fortalecer a compra da alimentação escolar dos agricultores, que a Epagri ajudasse os agricultores dos nossos municípios a produzir um alimento diferenciado para fornecer às escolas do nosso estado. Mas, infelizmente, o secretário da Agricultura também não falou nada sobre a questão da alimentação escolar.

Deveriam usar R\$ 16 milhões ou até R\$ 20 milhões por ano e comprar produtos da agricultura familiar para alimentação escolar. Isso seria um grande diferencial de incentivo para a agricultura familiar do nosso estado. Mas por enquanto, nada! Por enquanto ficamos somente no aguardo, esperando. Todos se organizaram para produzir com a notícia divulgada pela imprensa, inclusive pelo próprio governador do estado, mas até agora as coisas estão truncadas, enroladas e não nos explicam por que essa demora e essa indefinição na questão do fim da terceirização da alimentação escolar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Valmir Comin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, faço uso da tribuna na tarde desta quarta-feira, inicialmente, saudando o nosso vereador do município de Urussanga, Rozemar Sebastião, da dupla Rosinei e Rosimar, que abrilhantam os corações e os rincões, não apenas de Urussanga, mas de toda a região, e aproveito a oportunidade para saudar os demais vereadores e prefeitos que participaram do evento da Fecam, ocorrido na capital do estado.

Sejam todos bem-vindos!

Sr. presidente, tivemos a oportunidade, através da nossa assessoria, de protocolar no dia de ontem o Projeto de Lei n. 0019/2013, que institui a Semana Estadual de Educação Preventiva e de Enfrentamento à Endometriose.

(Passa a ler.)

“Art. 1º Fica instituída a Semana Estadual de Educação Preventiva e de Enfrentamento à Endometriose, a ser realizada anualmente na última semana do mês de outubro.

Art. 2º A Semana Estadual de Educação Preventiva e de Enfrentamento à Endometriose tem como objetivo:

I - promover a divulgação de ações preventivas, terapêuticas, reabilitadoras e legais relacionadas à endometriose;

II - contribuir para o desenvolvimento de propostas que possibilitem o acesso universal e equitativo aos serviços públicos pelas portadoras de endometriose; e

III - garantir a democratização de informações sobre as técnicas e procedimentos cirúrgicos e pós-cirúrgicos existentes nas áreas de endoscopia ginecológica e endometriose.

Art. 3º Esta Lei será regulamentada no prazo de sessenta dias, a contar da data de sua publicação, nos termos do art. 71, inciso III da Constituição Estadual.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Valmir Comin [sic]

Justificativa

A Endometriose é a presença do endométrio - tecido que reveste o interior do útero - fora da cavidade uterina, ou seja, em outras partes do útero ou em outros órgãos da pelve: trompas, ovários, intestinos, bexiga. É uma afecção inflamatória provocada por células do endométrio que, em vez de serem expelidas durante o período

menstrual, migram no sentido oposto e caem nos ovários ou na cavidade abdominal, onde voltam a multiplicar-se e a sangrar.

A endometriose é frequentemente diagnosticada pelos médicos durante exames ginecológicos, procedimentos cirúrgicos ou na realização de exames de investigação de infertilidade. Para cada cinco mulheres que estejam tendo dificuldade para engravidar, duas têm endometriose. Caso sua mãe ou irmãs sofram de endometriose, é sete vezes maior a chance de você também ter esse problema.

Infelizmente, muitas mulheres sofrem em silêncio, acreditando que seus sintomas sejam normais. Outras não apresentam sintomas. Considera-se que a endometriose afete uma em cada dez mulheres em idade reprodutiva. Acometendo cerca de 10% das mulheres em todo o mundo e diminuindo substancialmente sua qualidade de vida, uma vez que a dor pélvica é frequente e muitas vezes incapacitante até para as tarefas mais simples, a endometriose é considerada uma doença importante, sendo inclusive tema de congressos mundiais.

É a chamada doença da mulher moderna, que se vê obrigada a executar inúmeros papéis ao mesmo tempo, o que acarreta um significativo desgaste físico e espiritual. A endometriose é dolorosa, pois mesmo se localizando na parte externa do útero, sofre a influência das oscilações hormonais. Isso significa que os focos de endometriose sangram todo mês durante o período menstrual da mulher, mas o sangue não tem para onde ir. Além de ser dolorosa, a endometriose também pode tornar difícil a gravidez ou mesmo gerar a infertilidade.

Diante da suspeita de endometriose, o exame ginecológico clínico é o primeiro passo para o diagnóstico, que pode ser confirmado pelos seguintes exames laboratoriais e de imagem: visualização das lesões por laparoscopia, ultrassom endovaginal, ressonância magnética, além de um exame de sangue chamado marcador tumoral CA-125, que se altera nos casos mais avançados da

doença. O diagnóstico de certeza, porém, depende da realização da biópsia.

Quem cuida de mulheres portadoras de endometriose se depara com pessoas cansadas, entristecidas, deprimidas e muitas vezes frágeis pela dor que enfrentam. É nesse sentido e nesse grave contexto que proponho instituir a Semana Estadual de Educação Preventiva e de Enfrentamento à Endometriose, oportunidade em que serão realizadas várias atividades com o fito de divulgar ações voltadas à promoção da saúde e prevenção de danos às portadoras de endometriose, visando alcançar um impacto positivo na qualidade de vida dessas pessoas, de acordo com os princípios da integralidade e da humanização."

Sr. presidente e srs. deputados, penso ser um projeto extremamente importante. Tenho dito sempre uma frase que li que nenhuma superpotência, deputado Neodi Saretta, por mais promissora que seja, vai conseguir suprir uma demanda de doenças de alta complexidade, se não investir na prevenção.

A exemplo do que fizemos com o projeto de cirurgias bariátricas, desde a prevenção, exames laboratoriais, o operatório, o pós-operatório, a cirurgia de redução de estômago pelo SUS, também conseguimos para a reconstituição da mama. Toda mulher acometida de câncer, na sequência, às vezes, precisa retirar o seio, que é o símbolo da mulher. E essa cirurgia também está garantida por um projeto de lei feito por este deputado, coberto pelo SUS, desde os exames laboratoriais, o operatório, o pós-operatório e a reconstituição da mama, com prótese de silicone.

Agora o projeto da endometriose tem o propósito de realmente chamar a atenção da sociedade como um todo para essa doença que vem crescendo gradativamente na população mundial. E com certeza esse trabalho de conscientização e valorização dos conceitos da mulher realmente precisa ser restabelecido para que possamos diminuir a cada dia mais o sofrimento dessas mulheres acometidas por essa doença. E elas

precisam ter uma atenção severa, positiva e objetiva por parte do governo.

Por último, sr. presidente, gostaria de ressaltar aqui o episódio ocorrido por consequência do anúncio do fechamento da casa de tratamento psiquiátrico de Rio Maina.

Deputado Jailson Lima, v.exa., que é médico, sabe do que eu estou falando e sabe da importância daquela casa, que não terá mais o atendimento pelo SUS por consequência de não haver reajustado a tabela no Sistema Único de Saúde há mais de 12 anos. Isso é inadmissível! É um apelo nacional o reajuste da tabela. E nós precisamos chamar a atenção não somente do gestor pleno, que é o município de Criciúma, mas é um dever do estado e também da união, e não podemos virar as costas para esse problema. É uma situação agravante porque a cada dia mais um número crescente de pessoas com problemas psiquiátricos carecem de uma atenção muito rápida por parte do governo do estado, do governo municipal e do governo federal.

Paralelo a isso, conseguimos, através do Orçamento Regionalizado, estabelecer um recurso para a construção de uma clínica de recuperação de drogados e psiquiatria no município de Urussanga, onde foi aberta uma rubrica no valor de R\$ 500 mil, mas necessitando de R\$ 3.700 milhões para sua execução que, além de atender o município de Urussanga, vai ter um caráter de fórum regional que vai compreender todo o sul, desde Paulo Lopes até Passo de Torres.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Inscrita a sra. Deputada Angela Albino, a quem concedo a palavra, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, ocupo a tribuna no dia de hoje para falar sobre um tema que, curiosamente, ocupou a Assembleia Legislativa de São Paulo, embora não tenhamos tido a oportunidade para nos ocuparmos do mesmo tema na Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Em 1985, pela Resolução n. 58, esta Casa Legislativa anulou a Resolução n. 85/64, de 11 de maio de 1964, que foi a resolução desta Casa que cassou o mandato do deputado Paulo Stuart Wright. Nós todos estamos lembrados desse episódio marcante na luta democrática deste país, quando formalmente foi cassado o seu mandato aqui na Assembleia Legislativa, porque ele teria adentrado ao plenário sem gravata. Essa foi a justificativa oficial da sua cassação.

Ontem, a comissão estadual da Verdade da Assembleia Legislativa de São Paulo dedicou uma audiência inteira para debater sobre o nosso deputado Estadual Paulo Stuart Wright, que, aliás, trava novamente uma batalha aqui nesta Casa. Tive a honra de dar seu nome a uma rodovia estadual no local em que ele teve uma grande interlocução, particularmente, com os pescadores da região de Piçarras, de Navegantes. E esta Casa, recentemente, aprovou um projeto de lei cassando novamente Paulo Stuart Wright. Em um apelo nacional que foi feito, conseguiu-se que o governador vetasse esse projeto e nós ainda não votamos esse veto.

Quero abordar aqui uma importante informação que foi divulgada ontem pela comissão nacional da Verdade, o espantoso dado de que pelo menos 50 mil pessoas foram presas pelo Regime Militar somente no ano de 1964, 600 delas ficaram presas em navios e estádios de futebol. Entre os presos estavam sargentos, sindicalistas, e outros suspeitos de serem comunistas, como então se dizia.

A comissão nacional da Verdade está aprofundando essas investigações de pelo menos 475 vítimas da ditadura. Entre elas, Paulo Stuart Wright, nascido em Joaçaba, que desapareceu em 1973. Ontem, nessa audiência, foram debatidas um pouco mais as circunstâncias do desaparecimento do nosso deputado. E foi esse o motivo da audiência na Assembleia Legislativa de São Paulo.

Nosso gabinete esteve lá na pessoa do chefe de gabinete Marcelo, cujo bisavô, dirigente do Partido Comunista do Brasil, foi morto pela ditadura na chacina da Lapa. Outros parentes

também sofreram violência durante o período da ditadura. Também o nosso deputado estadual Ismael da Silva esteve presente em nome da Assembleia Legislativa.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Pois não!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. traz um assunto importante a respeito do Paulo Wright. Já fiz um aparte neste sentido, na gestão passada, deputado Padre Pedro Baldissera, e agora com o deputado Joares Ponticelli na Presidência, criamos aqui na Assembleia Legislativa o Memorial Paulo Stuart Wright.

Na ocasião em que presidia esta Casa, tivemos a oportunidade de abrir os cofres onde estavam guardados os documentos deste vergonhoso processo de cassação do Paulo Wright. Expusemos isso num memorial aqui na entrada, e este memorial, entre aspas, "sumiu".

Então, seria oportuno que isso fosse resgatado, que o memorial fosse resgatado, e nós deixássemos isso bem à vista, para servir como uma lição da história, para que atos como aquele, para que injustiça como aquela cometida contra Paulo Wright não se repitam mais.

Parabéns a v.exa. por estar abordando esse assunto na tribuna, nesta tarde.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Deputado, peço desculpas, a minha voz hoje não está bem devido a um resfriado.

Já mencionei aqui, deputado Ismael dos Santos, a sua participação representando a Assembleia Legislativa - o senhor que é presbiteriano, assim como Paulo Stuart Wright também o era -, sei que v.exa. manifestou apoio ao projeto de iniciativa do nosso gabinete, de instalarmos a comissão da Verdade aqui em Santa Catarina. Não podemos silenciar sobre o que houve em Santa Catarina, e este projeto ainda está parado aqui na nossa Casa, precisamos dar andamento a ele.

Foi aprovada, inclusive, uma moção pedindo que Santa Catarina possa atuar e ter uma comissão da Verdade, para podermos investigar os mais de 40

desaparecidos políticos só aqui no estado de Santa Catarina.

E para que, como disse ontem, emocionado, o filho de Paulo Stuart Wright, possamos dar um digno adeus a esses lutadores de democracia do nosso país. E como dizem também, as mulheres, em especial, em particular, as mães da Praça de Maio, nós não vamos consolidar a nossa democracia com esses cadáveres insepultos.

Quero convidar v.exa. para subscrevermos um pedido formal ao presidente da Casa para resgatarmos esses documentos. A cassação já foi anulada em 85, mas poderíamos realizar um grande ato para instalar a comissão da Verdade. Poderíamos, inclusive, chamar de Comissão da Verdade Paulo Stuart Wright, como lá em São Paulo é Rubens Paiva, e nesta comissão debatermos, a partir da história deste grande parlamentar catarinense, a história de Santa Catarina.

Debatendo esta história, poderemos resgatar parte do que este Brasil viveu, para que não viva mais. O nosso grande desejo é que não vejamos mais no nosso país episódios como esse, quando cassaram Paulo Stuart Wright.

Portanto, temos essa dívida e peço aos srs. deputados que nos auxiliem - sei que tenho o apoio do deputado Ismael dos Santos -, para que possamos efetivamente instalar aqui a nossa comissão da Verdade, no estado de Santa Catarina, a partir deste Parlamento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Muito obrigado, deputada Angela Albino.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Ismael dos Santos, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Com a permissão do deputado Ismael dos Santos, gostaria de saudar o vereador Adriano, de Serra Alta, o prefeito Maluf, de Abelardo Luz, o prefeito Helio, de Descanso, amigo nosso, deputado Mauro de Nadal, nosso companheiro, e todos os vereadores e prefeitos que estão na nossa Casa participando de algumas reuniões de trabalho e da reunião da Fecam, na capital do estado.

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, da mesma forma, como a minha voz estava muito ruim e eu não consegui fazer da tribuna, registro a presença da irmã Salete, militante do Partido dos Trabalhadores, que esteve conosco na disputa eleitoral de 2012.

Gostaria de deixar a minha fraterna saudação à irmã Salete.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feito o registro, com a palavra, por até dez minutos o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Obrigado, presidente deputado Pedro Baldissera.

Quero cumprimentar os nossos telespectadores, os nossos ouvintes da Rádio Alesc, aqueles que nos prestigiam nesta tarde, especialmente os nossos parlamentares, vereadores e prefeitos. E vejo aqui o meu amigo Adilson Batista, de Indaial.

É uma satisfação cumprimentar os srs. deputados e sras. deputadas.

Quero, deputada Angela Albino, dar prosseguimento ao foco de seu discurso. De fato, ontem, fomos representar esta Assembleia Legislativa de Santa Catarina na Assembleia Legislativa de São Paulo, na comissão da Verdade ali instalada.

É bom lembrar que são mais de 700 desaparecidos no Brasil, pelo menos 150 em São Paulo e, segundo informação, cerca de 10 no estado

de Santa Catarina, entre eles a ilustre personagem do deputado Paulo Stuart Wright.

Eu dizia ontem na comissão da Verdade, deputado Padre Baldissera, que tenho algumas lembranças da minha infância, dos meus sete anos de idade, quando morava na cidade de Chapecó. Papai era pastor lá, e o pai do deputado Paulo Stuart Wright, pastor Lathan Stuart, missionário norte-americano presbiteriano. Ele era de Joaçaba.

Então havia certa convergência, inclusive geográfica, e isso foi há 40 anos. Por isso, esta data é importante para nós, porque foi em 1973, exatamente há 40 anos, o desaparecimento do deputado Paulo Stuart Wright, e sequer, deputado Neodi Saretta, os seus restos mortais foram encontrados.

Acompanhei muito de perto a história do deputado Paulo Stuart Wright. Ele nasceu em Joaçaba. Não pôde estudar numa escola evangélica, deputado Padre Pedro Baldissera, porque naquele tempo as escolas católicas da região não permitiam que um evangélico estudasse numa escola católica, e o pai dele teve que fundar uma escola evangélica em Joaçaba para que ele pudesse estudar. Depois, ainda na infância, teve a trágica notícia da morte de seus dois irmãos nadando no rio do Peixe, em Joaçaba.

O tempo passou, ele foi se envolvendo em política, candidatou-se a prefeito, a vereador em Joaçaba, perdeu as eleições. Candidatou-se a prefeito em Joaçaba, perdeu por 11 votos, naturalmente manipulados, já naquela época.

Veio à capital a convite do governador e tornou-se coordenador-geral da Imprensa Oficial. Aqui se envolveu com os pescadores. Conseguiu reunir, deputado Edison Andrino, mais de 25 mil pescadores em Santa Catarina, há 40 anos. Fato histórico! Conseguiu formar 27 sindicatos de pescadores no estado de Santa Catarina e a primeira federação no estado de Santa Catarina. E aí se elegeu deputado estadual, por dois anos.

Estou vendo aqui os colegas que ontem nos acompanharam na comitiva em São Paulo, assessores da deputada Angela Albino, da deputada Luciane

Carminatti. E em especial o nosso agradecimento à funcionária desta Casa, Derlei Catarina de Luca.

É claro que essa sua movimentação, esse seu envolvimento popular, esse seu envolvimento com os pescadores mexeu com os poderosos, e por determinação direta de Brasília foi pedida a cassação do seu mandato. Mas como cassar o mandato de um deputado popular, íntegro, reto e coerente? Não havia nenhuma brecha. Aí, surpreendentemente, de forma inusitada na história de Santa Catarina, do Brasil, quiçá da América Latina e até do mundo em um Parlamento, cassaram o mandato do deputado Paulo Stuart Wright por decoro parlamentar, porque não usava gravata! Porque não usava gravata! Essa foi a brecha que encontraram, deputado Edison Andrino, v.exa. que muito militou na questão da democracia brasileira.

Cassado em 1964. Ficou sem essa couraça, sem essa proteção que lhe daria condições de prosseguir a sua vida como homem público neste país e neste estado. Teve que ir para a clandestinidade. Ficou um ano no México. Retornou ao Brasil, muito atuante na chamada ação popular, e finalmente em 1973 conseguiram dar um jeito de eliminar em alguma estação ferroviária de São Paulo o ex-deputado Paulo Stuart Wright. E esta Casa teve a nobreza de revogar essa cassação.

A Igreja Evangélica Presbiteriana, que também tinha feito uma espécie de excomunhão do deputado na época, voltou atrás. E em 1985 revogou a sua membresia. E este Parlamento soube inclusive homenageá-lo dando o seu nome a um dos plenários desta Casa, o Plenário Paulo Stuart Wright.

Ouvimos ontem ali o filho do Paulo Stuart Wright, único filho vivo, o João Paulo. Ouvíamos até de forma emocionada as suas palavras, o seu testemunho, porque a família foi totalmente destruída - a mulher morreu aos 50 anos, uma filha sofreu homicídio. Felizmente o João Paulo conseguiu dar a volta por cima. Mas ele dizia em lágrimas que o sonho da sua vida é de fato sepultar os insepultos. Sem isso não haverá democracia, sem isso não poderemos hastear a bandeira da verdade.

A Sra. Deputada Angela Albino - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

A Sra. Deputada Angela Albino - Ontem protocolei um documento para que façamos uma grande sessão em setembro de 2013, quando faz 40 anos do desaparecimento do Paulo Stuart Wright. Eu vou retirá-lo para que possamos fazer um requerimento em nome desta Casa, no sentido de reinaugurar o memorial do deputado.

Pretendemos fazer uma homenagem da nossa comissão em uma sessão solene, que com o seu apoio conseguiremos aprovar. E já em setembro devemos fazer um grande ato de recuperação da memória de Paulo Stuart Wright.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Será mais do que justa essa homenagem aos 40 anos do desaparecimento do Paulo Stuart Wright.

Eu conversei com várias testemunhas da época, inclusive com o sr. Padilha, pai do atual ministro da Saúde, que conviveu na época com Paulo Stuart Wright. E foram membros da União Brasileira de Estudantes Evangélicos, da qual Paulo foi um dos líderes e principalmente um mentor intelectual daquele movimento, e todas essas pessoas que ali estavam que colocaram não apenas o seu depoimento, mas a sua disposição de vir a Santa Catarina prestar a sua solidariedade nesta sessão que deveremos acolher nesta Casa, para homenagear tão ilustre figura que infelizmente ainda continua desaparecida.

Era o que tinha a dizer.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Valmir Comin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Registro a presença no recinto desta Casa do vereador progressista Zaga, de Tubarão, juntamente com amigos que vieram participar também de encontro com os vereadores da Fecam. Por isso, sejam bem-vindos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Quero registrar a presença também do vereador Ulisses, do município de Serra Alta, juntamente com outros vereadores e equipe daquele município. Boas-vindas!

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Edison Andrino, por 14 minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, nobres deputados, quero cumprimentar o deputado Ismael dos Santos pelo pronunciamento que faz em memória do ex-deputado Paulo Stuart Wright.

Quero dizer que convivi durante aquele período da ditadura inclusive com a nossa funcionária da Casa, Derlei Catarina de Luca, quando do 30º Congresso da Une em São Paulo. E ficamos presos no mesmo presídio, Tirantes, por algum tempo.

Foi um momento difícil da vida pública brasileira, quando bem poucos deputados se dobravam naquela oportunidade. E aqui na Assembleia Legislativa somente um deputado, e não me lembro se foi o deputado Evilásio Caon ou o deputado Paulo Macarini, votou contra a cassação do deputado Paulo Stuart Wright.

Acho que esta Casa precisa fazer uma sessão especial em homenagem a esse grande catarinense, brasileiro, que pegou uma das causas mais nobres, que era exatamente a defesa dos pescadores artesanais que hoje ainda têm as dificuldades de vida. Imaginem naquela época, há 40 anos.

Noutro dia eu assistia a um documentário sobre a época da ditadura, e era presidente o general Médici, quando houve a operação Condor, articulada pelos Estados Unidos que intervinham no sistema democrático da América do Sul, colocando ditadura de direita no governo.

O governo brasileiro, na época Médici, teve interferência fundamental para derrubar o Salvador Allende, no Chile. A articulação foi feita com Richard Nixon, na época presidente dos Estados Unidos, junto com o Médici, e derrubaram um presidente eleito, de um partido socialista, que

tinha uma proposta diferente da do governo anterior, colocando Augusto Pinochet numa das ditaduras mais ferrenhas da América Latina e do Sul.

Por incrível que pareça teve um fato muito pitoresco nesse documentário. É que eles usavam o futebol para ganhar popularidade. E lembro-me que era véspera da Copa do Mundo. O Chile estava disputando uma vaga para participar como um país da América do Sul. E no estádio nacional do Chile era exatamente onde ficavam os prisioneiros do Chile. Ali mataram centenas de chilenos, inclusive brasileiros que ajudaram na luta contra Salvador Allende. E o Chile disputava uma eliminatória contra a Rússia, a qual se negou a vir participar do jogo. E a Fifa, deputado Ismael dos Santos, tinha uma regra que dizia que o time era obrigado a entrar em campo mesmo sem ter o outro time dentro do campo. O juiz dava a partida, e tinham que fazer o gol para se classificar. Assim, o time do Chile entrou em campo, fez um gol para participar da Copa do Mundo, com jogadores contrariados, que se negaram a cumprimentar o Augusto Pinochet.

Esse foi um momento atípico da vida política da América do Sul, onde tentavam usar o esporte mais popular para angariar apoio da população não só brasileira, mas da América do Sul. Até o Médici fazia isso entrando com radinho de pilha no Maracanã quando o Flamengo jogava, e o povo gritava, e ele reprimia. E era essa coisa toda.

Então, na realidade, é bom que se relembre com sessões solenes e discursos, para que fatos dessa natureza nunca mais se repitam na América do Sul e no Brasil.

Sr. presidente, esta Casa, através do presidente Joares Ponticelli, começou muito bem este mandato.

Eu fui descobrir este ano aqui que nós podíamos votar, sendo que eu não, porque não sou descendente de italiano e não tenho dupla cidadania, mas os descendentes de italianos que têm dupla cidadania e que são naturalizados também

como cidadão italiano podem votar no Congresso para escolher deputados e senadores na Itália.

Até me ligou um amigo meu, deputado Rubens Bueno, presidente do PPS, que fui deputado com ele em Brasília, solicitando a minha ajuda para a sua filha, porque em Santa Catarina tem muitos italianos. E nós aqui acabamos nos envolvendo.

A Assembleia Legislativa trouxe a deputada Renata com um belo currículo, além de ser uma bela candidata, formada em Direitos Humanos, na Itália, falando bem o italiano.

Em Santa Catarina, se não me engano, tem mais de 20 mil eleitores que votam no Congresso italiano. E aqui o deputado Joares Ponticelli, como presidente desta Casa, recebeu muito bem a deputada, deu coletiva na sala de imprensa, e ela colocou aqui a sua proposta, se fosse eleita deputada para o Parlamento italiano. Enfim, colocou a sua proposta, a pedido do presidente desta Casa, de criar um consulado da Itália em Santa Catarina, para que os catarinenses que necessitassem ser naturalizados, ter visto, não precisassem ir a Curitiba. Ela assumiu compromisso desta tribuna, se fosse eleita. E teve apertes de vários deputados de origem italiana. E por incrível que pareça, somos pé quente nesta Casa.

A Renata foi eleita deputada para o Congresso Italiano. A primeira brasileira a ser eleita deputada no novo Parlamento italiano, e assume agora, no dia 12 de março.

Eu pediria aqui a assessoria para que colocasse a fita do dia em que a Renata esteve aqui, com a nossa participação dando uma força para essa brasileira de Curitiba, que, tenho certeza, vai nos representar, principalmente aqueles que são descendentes italianos em Santa Catarina. E não são poucos que precisam também desse intercâmbio na área econômica, cultural, esportiva entre Brasil e Itália.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

Sr. presidente, recebi um telefonema, quase à meia-noite, do deputado Rubens Bueno, alegre, contente da vida, porque a filha tinha sido eleita para o Parlamento italiano. Ele agradeceu aos

deputados e à Assembleia Legislativa pela oportunidade que demos aos descendentes de italianos de Urussanga, Criciúma, onde esteve em várias reuniões, pois por duas vezes consecutivas visitou aquele município. Creio que a participação da Assembleia Legislativa e dos italianos de Santa Catarina foi de uma importância muito grande para que a Renata representasse o Brasil na Itália.

Senhores, a apresentação dos *slides* ficará para outra oportunidade, para podermos ver os compromissos que a Renata assumiu. E o aparte de vários deputados que ajudaram também a contribuir com essa vitória de uma brasileira nos representando.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Na desistência do Partido do PSDB, com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, do PSD, por 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Digital Alesc, quero saudar mais uma vez o meu amigo vereador Maluf, de Abelardo Luz.

Ainda ontem recebi mais manifestação da associação empresarial sobre a questão da velocidade nas rodovias estaduais, já que o limite na maioria do trajeto é de 60 quilômetros por hora. E como a fiscalização é rigorosa, segundo análise dos motoristas, das associações, em alguns locais a velocidade poderia ser um pouco maior para facilitar o trânsito.

Já tivemos nessa região, há algum tempo, a proibição do trânsito de bitrens. E também o Maluf trabalhou, juntamente conosco, para resolver essa questão de infraestrutura.

Quero saudar o vereador Adriano Rigo, de Serra Alta, nosso companheiro, nosso amigo, também todos os vereadores presentes. Está presente o vereador

Nilton Graff, o Baixinho, de Mondai, o prefeito Hélio Daltoé.

Também quero fazer o registro da preocupação dos novos e antigos vereadores em aprimorar os conhecimentos, debater, estar presente nos seminários promovidos pela Uvesc, União dos Vereadores de Santa Catarina, e também pela Fecam, Federação Catarinense dos Municípios.

O governador Raimundo Colombo, ontem, fez a explanação sobre os investimentos para o estado de Santa Catarina, para os prefeitos, para os municípios. E isso é muito importante, porque muitos dos benefícios que o governo federal tem concedido às indústrias, com a redução de taxaçaõ em alguns produtos, têm trazido uma queda de arrecadaçaõ muito grande aos estados e principalmente aos municípios.

Então, é muito importante esse trabalho que está sendo realizado pelo governo estadual, pelo governador Raimundo Colombo, dando condições para que os municípios realizem obras com financiamento a longo prazo, com juros bancados ou subsidiados pelo governo do estado, pois isso favorece os municípios nos momentos de dificuldade.

Vamos falar um pouquinho também a respeito do debate da RBS sobre a segurança pública. E é muito importante registrar o empenho do governo federal e do governo estadual na soluçaõ desse problema que assolou o nosso estado, problema que nunca foi enfrentado em nível de Brasil.

Já houve questões de protestos populares, de moradores incendiarem um coletivo, trancar uma rodovia, praticar algum tipo de manifestaçaõ, mas como esse visto em Santa Catarina até hoje não tivemos na história do nosso país. Então, é um momento para reflexãõ para todas as autoridades da segurança do nosso país, para as necessidades que temos de mudar a legislaçaõ, de oferecer infraestrutura para o sistema prisional, dar condições de trabalho para os profissionais da Segurança Pública.

Quero ressaltar o entrosamento, a troca de apoio entre o governo do estado de Santa Catarina e o governo federal, a perfeita sintonia entre o

ministro da Justiça e o nosso governador, pois isso favoreceu a resolução, a diminuição no momento do problema que enfrentamos, que o estado enfrenta. Imaginem se isso ocorresse em nível nacional.

Foram importantes as ações feitas em alguns estados, como no Rio de Janeiro, onde o secretário da Segurança, José Mariano Beltrano, o delegado da Polícia Federal, com muita sabedoria, com muito planejamento, com determinação, conseguiram mudar a história do estado do Rio de Janeiro na questão da segurança pública, com relação à criminalidade.

Eu, na época, como diretor de polícia, como diretor de combate ao crime organizado, depois como chefe de polícia, várias vezes estive acompanhando os projetos, tudo aquilo que estava sendo elaborado para que gradativamente o estado do Rio de Janeiro, através da segurança, resgatasse a questão social, a presença do estado nos locais de difícil acesso. Favelas com quase um milhão de habitantes e o estado fazendo um plano para vagarosamente tomar conta. Porque onde não exista assistência social, não haja saúde, não haja a presença do estado como um todo, seja a União, o estado, o município, a criminalidade, o crime organizado, o tráfico de drogas vai tomar conta, vai ter a sua força, seja para proteger em tese os moradores, seja para impor a sua força. Por isso é necessário que o estado se faça presente.

Mas tivemos um grande exemplo no Rio de Janeiro. Em Santa Catarina, o governador Raimundo Colombo teve que tomar à frente das coisas. Entendo até que o comando da secretaria que deveria colocar a cara para bater, ter ido enfrentar o problema, mas foi o próprio governador Raimundo Colombo que teve que acompanhar, que teve que dizer o que estava acontecendo, que teve que sofrer as pressões da própria sociedade que, no seu direito de segurança, queria que o estado resgatasse a tranquilidade e a paz da população.

Sabemos que são necessários investimentos, o sistema prisional sempre está superlotado, o grande problema que enfrentamos também é o grande

número de mandados de prisão não cumpridos. A nossa legislação, muito benevolente, que com o cumprimento de parte às vezes de um sexto da pena, o marginal já volta para as ruas e, claro, isso faz com ele se sinta no direito de praticar outros crimes.

Hoje, pela manhã, estava em Balneário Camboriú falando com a proprietária de um estabelecimento comercial que foi vítima de roubo à mão armada. Em dez dias, sofreu dois assaltos, dois roubos à mão armada, como se diz vulgarmente. Acharam o marginal e quando ele foi identificado começou a ameaçar os próprios policiais que participavam da investigação. Houve a prisão do elemento que foi condenado há mais de 19 anos de prisão, mas foi liberado do presídio porque a lei dizia que tinha direito, indo para as ruas praticar outros delitos.

Não vamos conseguir conter a criminalidade se não houver o rigor da lei, se as pessoas não souberem que praticando o crime efetivamente vão cumprir um dia de prisão. O que verificamos nesses atentados a Santa Catarina? Marginais que estão nas ruas que, por ato próprio, muitas vezes não por provocação ou por determinação, como diziam do crime organizado, sentindo-se impunes, passaram a praticar delitos. Quem se achava no direito ou quem queria mostrar um pouco de autoridade para a sua gangue, para o seu grupo, praticava um delito, como ocorreu em Navegantes com a queima de veículos que ficavam na rua, o cidadão não tinha mais segurança em deixar o seu veículo na via pública durante a noite, ou queimava algumas casas que estavam abandonadas.

Então, isso não é um problema somente, mas um conjunto de problemas que precisam ser enfrentados com muita coragem e determinação. Precisam atuar na área social, sim, mas não é só na questão da pobreza. Nós temos muita pobreza no nosso país, mas a criminalidade não está relacionada à pobreza. Se fosse assim teríamos o caos num país onde há tantos problemas sociais.

Srs. deputados, o problema da impunidade é o maior que estamos enfrentando. O indivíduo pratica

o delito, sabe que não será identificado e que se for preso não ficará muito tempo na cadeia. Então, vamos continuar, como dizia Ronaldo Benedet, enxugando o chão com a torneira aberta. E não vai resolver o problema. Vamos continuar prendendo marginal, com os presídios superlotados, porque a segurança atua, mas eles têm certeza de que ou não ficarão presos, não vão cumprir a pena ou vão fugir, enfim, colocando em total descrédito a sociedade e a Justiça do nosso estado e do nosso país.

Então, entendo como meritório o debate feito ontem, as ações que estão sendo empreendidas pelos governos federal e estadual. E vamos ter que nesse somatório de vontade, de disposição e de ações conseguir resolver o problema e minimizar a questão da criminalidade do nosso estado.

Por isso, reconheço o empenho, o trabalho do ministro da Justiça, do governador do estado e de todas as forças de segurança no combate à criminalidade e na volta da paz para a população dos catarinenses. Nós não podemos ter um estado no qual cada coletivo precisa ter um agente de segurança ou viaturas para segui-lo. Ou tomamos providências ou este país, na questão da segurança, vai enfrentar o caos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada Angela Albino, catarinenses que acompanham esta sessão, estimados vereadores e vereadoras, lideranças municipalistas que estão nesta Casa, que participaram do evento da Fecam, sintam-se em casa e sejam todos bem-vindos.

Sr. presidente, apresentamos a esta Casa dois documentos na sessão anterior, dirigidos ao governo do estado, tratando da situação do IGP de

Santa Catarina, mais especificamente da situação dos servidores que atuam nas áreas do Instituto Geral de Perícia (IGP) e dos IMLs do nosso estado.

Recebi dias atrás uma delegação liderada por membros do IGP, principalmente por auxiliares médicos legais, juntamente com uma representação do Sintesp, que se fez acompanhar em meu gabinete, uma vez que presido a Frente Parlamentar em Defesa da Saúde do Trabalhador desta Casa, trazendo uma série de relatos, de documentos sobre a realidade do IGP e principalmente sobre a situação dos servidores.

Das grandes dificuldades estão em primeiro lugar a falta de servidores. Há um concurso público para auxiliar médico legal de 2010, e estamos apelando que o governo do estado chame esses concursados.

Hoje a carga horária dos servidores do IGP é de 24h por 48h, quando o correto seria 24h por 72h. Alguns servidores não estão gozando férias pela falta de pessoal, e há servidores afastados por questões de licença, de desgaste extremo, especialmente pelo trabalho que é, talvez, um dos mais desgastantes e estressantes de todos.

Além disso, têm-se a informação de que já foi realizado o laudo para verificar a questão da insalubridade, mas até o momento não houve o pagamento devido dos adicionais, o que está gerando mais desconforto para os servidores. Há também a questão das condições de trabalho precárias, os problemas da escala de serviço, e outros problemas que causam grandes percalços, segundo os documentos que nos foram entregues nesta ocasião. Tenho em mãos um relatório sobre a situação de alguns IMLs, como o de Lages, Florianópolis, Balneário Camboriú e outros, e, partindo disso, tomamos a iniciativa de enviar um amplo pedido de informação, dirigido ao governo do estado, ao IGP e à secretaria da Segurança Pública, com o objetivo de buscar informações sobre cada um desses IMLs, sobre a quantidade dos médicos legistas e dos auxiliares médicos legais para atender às demandas de cada região, também no setor administrativo, saber, ainda, qual é a

escala de trabalho dos servidores, as condições de instalação desses IMLs, o uso dos equipamentos de prevenção individual e coletivo dos servidores, de que forma acontece a questão da carga horária e com que frequência os instrumentos necessários para coletar material biológicos em exames de corpo de delito ou necropsia são comprados ou substituídos.

Vou citar aqui o que disse um servidor de um desses IMLs:

(Passa a ler.)

"As duas agulhas de coleta de sangue e urina que usamos é a mesma há anos. Fica praticamente impossível coletar material biológico dos cadáveres."

Bom, se uma agulha de coleta de sangue e urina é a mesma há anos, isso demonstra o estado em que alguns IMLs se encontram.

Então quero trazer este assunto, sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, para que o governo se atente para isso e tome as providências necessárias. Estamos fazendo os encaminhamentos, já fizemos indicações e vamos encaminhar pedidos de informação. Esperamos que esse assunto seja analisado com atenção e encaminhadas as questões relativas aos servidores, as questões de trabalho, do pagamento do adicional e insalubridade, que depende apenas de um ato administrativo-político final, porque já existe o laudo.

Ainda relacionado a isso, não mais especificamente a essa questão dos IMLs, mas, sim, com respeito à saúde e segurança do trabalhador, estaremos realizando amanhã em Jaraguá do Sul, por iniciativa da nossa Frente Parlamentar da Saúde do Trabalhador, mais um encontro para debater, juntamente com os trabalhadores e representantes da sociedade da região de Jaraguá, a questão da saúde do trabalhador. E a pergunta é se é possível uma Santa Catarina sem LER - Lesão por Esforço Repetitivo.

Estaremos lá amanhã à noite e estamos convidando a comunidade regional e também todos os deputados e deputadas desta Casa que queiram

participar amanhã à noite, às 19h, em Jaraguá do Sul, dessa importante reunião da Frente Parlamentar da Saúde do Trabalhador, constituída no final do ano passado nesta Casa.

E de uma forma ou de outra temos procurado trazer as questões relativas à saúde do trabalhador que achamos tão importante, a exemplo desse caso do IGP, em que fomos procurados pelos servidores e pelas entidades para trazer a realidade para que Santa Catarina possa se atentar sobre a falta de condições, hoje, existente nos Institutos Médicos Legais e para que o governo, o IGP e a secretaria de Segurança Pública possam tomar providências, com urgência, para dar as condições mínimas de trabalho àqueles servidores nesse trabalho que também é tão importante para Santa Catarina.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PCdoB.

Com a palavra a deputada Angela Albino, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, vou torcer que a minha voz dê conta dessa tarefa. Lamentei muito não ter conseguido fazer o pronunciamento, como havia disposto, porque faltaram alguns apontamentos importantíssimos. O primeiro deles, sr. presidente, é sobre o empenho da servidora desta Casa, Derlei Catarina de Luca, que sofreu os horrores da ditadura e que é uma militante que, no estado de Santa Catarina, tem impulsionado muito esse debate sobre o resgate da nossa memória.

Fica aqui, portanto, o meu registro e o meu reconhecimento à participação da servidora Derlei Catarina de Luca, ontem, nessa audiência pública que aconteceu na Assembleia Legislativa de São Paulo, que tratou sobre o desaparecimento de Paulo Stuart Wright.

Gostaria ainda de mencionar aqui que a nossa comissão participou ativamente. Temos um Comitê Catarinense de Memória, Verdade e Justiça que se fez presente e novamente reitera o pedido para que esta Assembleia Legislativa aprove a comissão da verdade.

Recentemente estive em Buenos Aires e pude ver que nas ruas de lá há placas lembrando onde aconteceram homicídios e prisões ilegais de pessoas que lutaram também naquele país pelo restabelecimento da democracia.

Aqui no estado de Santa Catarina temos pelo menos dez casos de desaparecidos políticos e centenas de violações que foram cometidas pelo regime militar sem apuração.

Nesse momento em que há um reconhecimento nacional da figura de Paulo Stuart Wright, precisamos recuperar parte dessa memória. E esperamos que na data de setembro de 2013 possamos fazer um grande evento não somente em nome de Paulo Stuart Wright, mas em nome da democracia, que é isso que estamos tratando.

As pessoas, durante aquele regime de exceção, se dispuseram a estar do lado da constitucionalidade e da legalidade, mas, principalmente, ao lado da democracia, e muitos deles morreram por causa disso. O Brasil contabiliza, e esse é o número que trata a Comissão Nacional da Verdade, pelo menos 475 vítimas da ditadura. E o país precisa ter os olhos bem abertos sobre esse momento da nossa história, para que ela não aconteça mais.

Mas gostaria de aproveitar esse tempo final do PCdoB para mencionar ainda sobre o decreto. E, segundo noticiam os jornais, hoje, há uma expectativa de que até sexta-feira o governo do estado tenha um novo pronunciamento sobre esse decreto que mudou a fórmula de cálculo do ICMS, que atingiu, com a Difa, que é o Diferencial de Alíquota, principalmente a pequena e microempresa, atingindo de morte o Simples em Santa Catarina.

Queremos reabrir esse debate, pois ele não pode ficar circunscrito apenas àquele momento da participação dos micro e pequenos empresários na

nossa Casa, mas precisa ser um debate cotidiano para que este Poder ajude a sensibilizar o governo na percepção de que 98% da economia de Santa Catarina é movida pela pequena e microempresa.

Precisamos, ao contrário de mais onerar, impulsionar o setor produtivo do país, para que possamos manter esse ciclo que o país vive de desenvolvimento econômico com distribuição de renda. Ainda estamos muito longe do que é necessário para termos um país justo. Precisamos avançar cada vez mais, e certamente não é onerando o setor produtivo que vamos fazer essa movimentação do nosso país para um futuro mais justo do ponto de vista da distribuição econômica.

Quero me ater a um ponto em especial que ao longo dos próximos dias vamos debater mais pontualmente. Nos estudos que o nosso gabinete fez para debater o decreto surgiram algumas peculiaridades. Vejam que o estado de Santa Catarina tem benefício fiscal para importar lanchas. Ora, o que está em discussão não é a questão do Simples, não é a Difa - Diferencial de Alíquota -, não é a questão da micro e pequena empresa, mas a política tributária de Santa Catarina.

Temos que colocar a mão na cumbuca. Se o estado de Santa Catarina tem dificuldade na arrecadação, podemos discutir sobre isso, e certamente o ambiente da Assembleia legislativa é propício para isso, mas temos que rever as nossas políticas de renúncia fiscal. E tenho convicção de que a renúncia fiscal é uma ferramenta importantíssima, das mais relevantes para que o estado seja o indutor da economia e como tal desenvolva os setores mais importantes para a nação.

O nosso desejo é que possamos aproveitar esse momento que a pequena e microempresa, através das suas representações... E quero aqui saudar o modo leal como as representações das micro e pequenas empresas têm se manifestado, o FCDL e a Fampesc, têm levado essa discussão em particular perante a Assembleia Legislativa, sensibilizando todos os deputados e deputadas desta Casa, para que também

possamos rever a política estadual de incentivos fiscais. Esse incentivo para importar lanchas não faz sentido no estado de Santa Catarina.

Precisamos ter uma política tributária séria e, mais do que isso, discutir para onde vai o dinheiro, pois um estado que tem 36 secretarias regionais não pode dizer que arrecada pouco.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Fim do horário destinado aos Partidos Políticos.

Passamos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o Regimento Interno, as seguintes Indicações n.s: 0048/2013, de autoria do deputado José Nei Ascari; 0049/2013, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 0050/2013, de autoria do deputado Ismael dos Santos; 0051/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta.

Esta Presidência comunica que defere os seguintes Requerimentos n.s: 0076/2013, 0077/2013, 0078/2013, 0078/2013, 0079/2013, 0080/2013, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0081/2013, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 0082/2013, 0083/2013, 0084/2013, 0084/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch.

Esta Presidência submete à deliberação do Plenário:

Requerimento n. 0065/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Banco Central, solicitando análise criteriosa na aprovação do sr. João Paulo Kleinübing para presidente do Badesc, em Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Fim da pauta da Ordem do Dia.

Esta Presidência tem sobre a mesa requerimento encaminhado pela deputada Ana Paula Lima, para fazer uso da tribuna, por até dez minutos, a Coordenação dos Movimentos Sociais de Santa Catarina.

Esta Presidência suspende a presente sessão, por até dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Baldissera) (Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Gostaria, inicialmente, de registrar a presença do vereador Rosemar Sebastião, do município de Urussanga, da vereadora Rosicler Benincaa, da vereadora Leonice Engel, presidente da Câmara Edson Hoffmann, do município de Alto Bela Vista, do prefeito municipal Francisco Both, da primeira dama Maria Fátima Both, do secretário da Administração municipal Vandeli Gaspari, do município de Serra Alta, do presidente da Câmara, Ulisses Baesse, dos vereadores Adriano, Luciano, Jefferson, Ederson, Leonir e Celésio, do município de Serra Alta, dos vereadores Guinther Pottker e Romeni Petter, do município de Alto Bela Vista, do vereador Leodar Cani, do segundo secretário da Câmara e do Pedro Gambeta, do município de Rio do Oeste, dos vereadores Luis Cesar Goldbeck, Reneo Staudt, Marilena Daltoe e Nilton Graff, de Mondaí, dos vereadores Valdemar Follmann, Danir Kieller, José Capelle, Jovelino Baldissera e Evandro Rosansk, do município de Iraceminha.

A todos desejamos as boas-vindas e uma boa estada nesta Casa do Povo.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Serafim Venzon, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, quero cumprimentar todos os prefeitos, os vice-prefeitos, os vereadores, todas as lideranças políticas que estão nesta semana na capital do estado para este grande encontro da Federação Catarinense dos Municípios, Fecam, quando todos os prefeitos de Santa Catarina discutem os seus

projetos, as suas dificuldades, apresentam ao governo os pedidos, e o governo, por outro lado, tem um grande fórum para a apresentação de seus projetos, dos encaminhamentos que dará neste ano e no próximo, justamente nos dois primeiros anos desta legislatura, nos municípios.

Então, quero cumprimentar todos os prefeitos, em nome do prefeito Edelvânio Nunes Topanoti, de Bom Jardim da Serra, bem como do prefeito Roque Meneghini, de Guaraciaba, que vieram para esse grande encontro.

Quero cumprimentar o vereador Lino Venturi, de Guaramirim, e em nome dele saudar todos os vereadores e todos os secretários de municípios com seus líderes maiores, que vieram apresentar os pedidos ao estado.

Chamou-me atenção um projeto do prefeito Lauro Frohlich, de Guaramirim, que também era minha intenção na época quando fui vice-prefeito em Brusque, 1992/1993, pois, naquela ocasião, fui também presidente da empresa de saneamento de água e esgoto, especificamente do tratamento e distribuição da água, que era a de captar as águas de rios para serem tratadas, as que não recebiam efluentes industriais.

O rio Itajaí-Mirim, que nasce nos municípios de Vidal Ramos, de Presidente Nereu, vem recolhendo tudo que é tipo de escória até chegar a Brusque, onde a água é captada. E posso assegurar que o problema dos dejetos humanos e animais são os menos graves. Itajaí, mais adiante, capta a água do rio Itajaí-Mirim, na qual faz um severo tratamento, que acha ser adequado, e depois distribui para mais de 300 mil habitantes, atendendo àquele município, parte de Balneário Camboriú, Navegantes e cidades próximas. E justamente a água que utiliza já percorreu mais de 100 quilômetros na bacia do rio Itajaí.

Imagine o que há ali de dejetos, e como disse os dejetos humanos são os menos graves. Imagine o que há de substâncias cancerígenas nessa água, que vêm dos produtos utilizados para matar o capim. Esses produtos alteram a divisão celular das plantas. Eles conseguem matar a grama, o capim, as

árvores, porque interferem na divisão celular dos vegetais. E, invariavelmente, esses produtos vão para o rio, e não existe nenhuma técnica que possa retirá-los da água ao se fazer o tratamento da mesma. Então, com certeza, esses produtos nocivos à saúde estão na água. Por isso atualmente existe uma incidência maior de câncer do que existia em outras épocas.

Então, o meu sonho é justamente captar as águas de afluentes dos rios que têm um menor número de dejetos industriais e a menor chance de possuir essas substâncias altamente nocivas, como produtos usados nas lavouras, para matar ervas daninhas.

Hoje, recebi no meu gabinete o secretário do Meio Ambiente de Guaramirim, que colocou que a intenção do prefeito Lauro é captar água para ser tratada e distribuída para os municípios, porque as águas do rio Itapocu, que vêm da serra de Corupá, chegam ao município depois de percorrer muitos quilômetros por dentro e captar através de sua bacia muitos dejetos industriais, um bom volume de dejetos humanos, mas principalmente esses venenos utilizados na agricultura. E mesmo tratando essa água, infelizmente, não é possível retirar aquele produto. A melhor maneira de fazer isso é o que o prefeito de Guaramirim está encaminhando para o governo do estado, que vai utilizar um programa chamado de Cidade de Juro Zero.

O governo do estado pretende neste ano e no próximo, mais especialmente neste, conforme declaração do governador e também do presidente do Badesc, João Paulo Kleinübing, atender aos projetos apresentados pelos municípios até na quantia de R\$ 350 milhões. Os municípios poderão utilizar esse volume de recursos com um ano de carência e devolver nos próximos três anos, sem juro nenhum, mas a prefeitura que conseguir pagar em dia a prestação do valor que for buscar, distribuídos em três anos, não pagará nenhum juro, se pagarem em dia o que for acordado dentro do projeto.

Então, o prefeito de Guaramirim vai utilizar parte desses recursos que poderão buscar no

Badesc, a juro zero, captar a água de rios e riachos que não recebem efluentes industriais e que também não tenham possivelmente esses venenos utilizados na agricultura e, assim, poder garantir para essa geração e as futuras não apenas uma qualidade de vida melhor, mas uma expectativa melhor no sentido de terem menos doenças, entre elas o câncer, que sem dúvida se origina dali.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado José Milton Scheffer, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Muito obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera, que preside esta sessão.

Quero aqui cumprimentar os prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, que desde segunda-feira estão em Florianópolis participando do 11º Congresso Estadual da Fecam, Federação Catarinense dos Municípios, que este ano teve uma pauta muito interessante de debates, informações sobre gestão pública, com uma participação de mais de 1.200 prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e secretários municipais.

Também quero cumprimentar o vice-prefeito do município de Passo de Torres, Paulo Cordeiro, bem como o vereador Jonas Souza, do PT, o vereador Sérgio Delfino, do PP, que estão aqui visitando e trocando informações sobre a gestão pública e os melhores encaminhamentos dos interesses do município de Passo de Torres.

Sei que é lá de Guaraciaba. Passo de Torres é na divisa com o Rio Grande do Sul, uma bonita cidade do vale do Araranguá, às margens do rio Mampituba.

Quero discorrer a respeito de um trabalho realizado ontem em Brasília, na tarde de ontem, junto à Frente Parlamentar Nacional em Defesa dos Hospitais Filantrópicos e Santas Casas do Brasil.

Ontem, tivemos uma reunião na Câmara dos Deputados para tratar desses assuntos. Assuntos estes que há pouco tempo foram abordados pela

liderança que representa a coordenação das entidades sociais de Santa Catarina, na questão da saúde. É preciso, se quisermos entender o que está acontecendo, é preciso deixar um pouco de lado as ideologias político-partidárias, as nossas tendências e estudarmos o Sistema Único de Saúde, o SUS do nosso país, na sua essência.

É preciso entender que o Sistema SUS é uma lei perfeita, quando da sua implantação foi citada como referencia mundial, em atendimento na saúde.

Lá está preconizada toda a metodologia necessária para o bom atendimento à sociedade, deputado Sargento Amauri Soares.

O que aconteceu de lá para cá? A Constituição de 1988 previu que os municípios teriam que colocar 15% da sua receita bruta em saúde e os estados 12%. Quanto à União, ficou para ser regulamentado logo à frente. Mas isso foi passando. E no ano de 2012, depois de muita pressão, conseguimos com que a Câmara dos Deputados fosse obrigada a votar a regulamentação da Emenda Constitucional n. 29. Tínhamos ali a esperança de vermos o governo federal colocando 10% do seu recurso em saúde.

O que aconteceu? Foi mudada, a mando do ministério da Saúde, a mando do governo federal, a redação do projeto de lei, obrigando o governo federal a colocar apenas o PIB. O que crescer do PIB a partir do ano de 2012. Mas isso é muito pouco, porque no ano passado, Padre Pedro Baldissera, e aqui vai também uma explicação para as entidades sociais que estão preocupadas com a saúde, o ano passado o governo federal colocou apenas 3,8% do nosso orçamento nacional em saúde. E aí, deputado Serafim Venzon, v.exa. que é médico, toda a classe médica e enfermeiros, inclusive as categorias estiveram em greve há pouco tempo, são penalizadas pela má remuneração. Mas as maiores vítimas, depois do povo brasileiro, as maiores vítimas da falta de recursos no SUS são os nossos hospitais.

Primeiro, as pessoas, deputado Ismael dos Santos, são mal atendidas, porque o hospital é mal pago, o médico é mal remunerado, o enfermeiro é

mal remunerado. E só tem uma causa. O estado, os municípios estão fazendo a sua parte. Mas o governo federal, e não é aqui nenhuma questão da presidente Dilma Rousseff, não, já passou o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e tantos outros, não mexe.

A tabela do SUS tem item da média complexidade que desde 1990 não é reajustado. Como que pode, gente? Por um exame de sangue o SUS paga R\$ 1,99. Isso dá prejuízo para os hospitais. Os hospitais filantrópicos de Santa Catarina estão todos falidos, os do Brasil também. Não é só aqui em Santa Catarina, é no Rio de Janeiro também, enfim, atravessem o rio Mampituba, vão a Porto Alegre e vejam. O sistema está falido!

Estive ontem com lideranças do Paraná, de Minas Gerais, do nordeste, da Bahia, onde têm governadores de diferentes partidos. O sistema está falido porque a tabela SUS não é reajustada. A conta não fecha. Um hospital gasta R\$ 1.000,00 para tratar uma pneumonia e recebe do governo federal, através da AIHs, pouco menos de R\$ 500,00. E essa conta não fecha, no final do mês.

Os hospitais estão endividados, estão sucateados, e os pacientes mal atendidos. O nosso foco está errado. Precisamos unir esforços para reajustar a tabela do SUS. Não adianta criar vale cultura, vale disso, quando pagamos R\$ 1,99 por um exame de sangue e R\$ 5,00 para um médico atender a uma pessoa na emergência. Nós temos que focar é nisso. E estamos todos engajados na Frente Parlamentar de Santa Catarina, junto com a do Rio Grande do Sul, junto com a Frente Nacional.

Ontem, na Câmara dos Deputados o presidente Henrique Alves determinou a criação de uma comissão para trabalhar no reajuste da tabela do SUS, devido à preocupação com os hospitais e com as santas casas.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O Sr. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Deputado José Milton Scheffer, quero cumprimentar v.exa.

primeiro por estar presidindo esta comissão da Saúde, justamente chamando atenção para a questão que o problema da saúde em Santa Catarina, no Paraná, no Rio Grande do Sul, enfim, no Brasil, transcende, ultrapassa os limites de autoridade do estado. V.Exa. coloca muito bem quando diz que os valores repassados estão muito defasados.

Visitei, na semana passada, o Hospital Beatriz Ramos, em Indaial, que teve ontem uma audiência com o secretário da Saúde, em Florianópolis. E um dos pedidos foi colocar que o hospital tem mais de 600 AIHs a receber. Mesmo sendo aquele valor pequeno, mesmo o governo do estado também fazendo o tal do mutirão, ainda assim o hospital não consegue cobrar os atendimentos já feitos, que já estão declarados. E pode uma auditoria confirmar que de fato foram feitos esses atendimentos e que não foram pagos.

Então, além de pouco, muito dessas AIHs não são pagas, porque esses hospitais que têm compromisso social, esses hospitais que geralmente são de comunidades religiosas, a única coisa que não fazem é dizer não para o paciente que chega à emergência, mas depois ouvem o não na hora de pedir a cobrança.

Parabéns, pelo pronunciamento de v.exa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Muito obrigado, deputado Serafim Venzon.

É necessário nós todos somarmos esforços na defesa da nossa rede hospital filantrópica e também das santas casas. Nós da Frente Parlamentar da Saúde Catarinense, juntamente com a comissão de Saúde, estamos buscando fazer a nossa parte, estamos imbuídos com entidades de saúde, hospitais de Santa Catarina, na coleta de assinaturas para encaminhar um projeto de iniciativa popular na Câmara dos Deputados, obrigando o governo federal a colocar 10% da sua receita bruta em saúde e dessa forma, deputado Padre Pedro Baldissera, corrigir essa distorção que em nível nacional tem ceifado vidas e têm impedido os nossos hospitais de atender bem aos que precisam.

É preciso nós todos nos unir nessa cruzada para salvar os hospitais. Todo mundo diz que saúde

não tem preço, e é verdade, mas a saúde tem custo, por isso, é preciso obrigar o governo federal, independente de quem esteja lá, a fazer a sua parte. E convido todos para se engajar nessa campanha Saúde +10, em prol da saúde de Santa Catarina e do país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Muito obrigado, deputado José Milton Scheffer.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente.

Caro deputado José Milton Scheffer, pessoas que nos acompanham pela TVAL ou pela Rádio Alesc Digital e pessoas aqui presentes na tarde desta quarta-feira, tenho em mãos o tema sobre segurança pública, mas não vou me furtar de dar uma pitadinha acerca do assunto que esteve na pauta de hoje, explanado pelos deputados José Milton Scheffer e Serafim Venzon, que é saúde.

É preciso, evidentemente, fazer muitas discussões a respeito do sistema de saúde no Brasil e no estado de Santa Catarina. Um elemento que precisa ser dito é que o estado tem sido cada vez mais benevolente para os monopólios privados em detrimento da arrecadação que precisa ser feita para atender o conjunto da população.

Falando não em saúde propriamente dita, mas em seguridade social, onde está inclusa a saúde, o governo federal, aproveitando a presença nesta Casa de representantes da coordenação de movimentos sociais, como também do SindSaúde, está isentando inclusive os monopólios privados do setor automobilístico do pagamento da previdência. Cobra somente do operário, mas dos patrões ricos, dos monopólios não cobra!

A BMW vem para Santa Catarina e vai entrar somente com a plaquinha, porque o governo federal está dando esse incentivo. E a população pulverizada na frente da televisão pensa que a redução do IPI é boa para ela porque vai poder

comprar um carro, uma geladeira etc. mais baratos, mas na verdade é um grande negócio para os monopólios do setor industrial. Repito: os monopólios. E a BMW vai ganhar o resto do governo de Santa Catarina. Se o governo federal vai dar isso, isenção de previdência e redução de IPI, o governo do estado vai dar o resto, o que ela precisar!

Anota no papel o que quer e o BNDES, que é um banco público, do governo federal, paga a conta, compra e o governo do estado assume a dívida. Assim, até eu que não gosto do negócio vai ficar rico! Se os governos derem tudo que os monopólios precisam, eles vão entrar somente com a plaquinha e com a exploração do nosso trabalhador. Mas é preciso gerar emprego! Está todo mundo maravilhado, precisa gerar emprego. É verdade, mas o trabalhador precisa se aposentar! Estão acabando com a previdência!

É verdade que o governo federal tem que colocar mais dinheiro na saúde pública. Posso concordar que a tabela do SUS está defasada, há números incontestáveis, mas é preciso dizer que a iniciativa privada a cuidar da saúde é o pior câncer da sociedade brasileira, de qualquer sociedade!

Na sociedade que defendo será proibido cobrar por serviço de saúde. Precisa ser crime cobrar por serviço de saúde e cobrar por medicamentos. Mas estamos subordinados aos monopólios farmacêuticos. E há um monte de parasitas ganhando dinheiro e matando gente na fila porque, infelizmente, na Constituição Federal está lá escrito que o sistema é público, mas a iniciativa privada pode entrar como atividade complementar ou suplementar. E está assumindo o motor nessa história!

Mas vimos há poucos dias pela TV, até o deputado Serafim Venzon falou que ninguém é impedido de entrar na emergência se não tiver dinheiro, que num hospital do Paraná estão desligando o aparelho de respiração do paciente do SUS para matá-lo mais rápido, porque há na fila alguém que paga um plano de saúde! Estão matando gente!

Então, é preciso que a sociedade reflita, porque os governos não vão refletir, não estão nem aí para refletir e sim para respeitar ordem de monopólio privado e para fazer negociatas com parasitas que andam roubando dinheiro público, inclusive da saúde.

Eu já disse desta tribuna que quem rouba dinheiro da saúde pública tem a minha defesa da pena de morte. Colarinho branco que rouba dinheiro da saúde tem a minha defesa da pena de morte. E os que não gostarem pode vir falar comigo.

Matam as pessoas em nome do dinheiro e ainda fazem cara de santo quando vão defender seus interesses nas reuniões. Ou tiram, suprimem, extinguem a perspectiva de lucro nos serviços essenciais ou a maioria da população está ferrada! 75% das pessoas não podem pagar plano de saúde.

Então, os aparelhos vão continuar sendo desligados lá na UTI do Hospital Evangélico do Paraná? Uma sociedade que deixa pessoas morrer por falta de dinheiro, que deixa uma pessoa sentindo dor por falta de dinheiro para comprar o remédio, é uma sociedade de bárbaros, não uma sociedade civilizada!

Há três semanas, em pleno Carnaval, com incêndios em ônibus, em carros, até mesmo com veículos incendiados no pátio do governo, fui procurar autoridades do governo para fazer um conjunto de sugestões, de estratégias, com o objetivo de ajudar, não para aparecer na foto nem para pertencer ao governo, porque todo mundo sabe que sou Oposição, mas para ajudar o governo, até porque existiam várias divergências entre setores dentro do próprio governo. Não estavam se acertando, e o governador, na minha avaliação, estava enrolado pelos próprios dirigentes, com diversos pontos de vista, um acusando o outro pelos problemas, mas nada de solução.

Creio que nas últimas três semanas o governo começou a acertar, com a participação do governo federal, do ministério da Justiça e um conjunto de ações, no sentido de ir para a ofensiva, sair da defensiva como estava, pois apenas se defendia dos ataques, dando todo o tempo do mundo para os

marginais planejarem outros. Então o governo do estado começou a acertar.

Vale registrar que por conta da minha posição, alguns setores, especialmente de dentro do governo, ficaram de cara feia, porque queriam, justamente numa situação de caos, disputar mais alguns cargos, algumas vagas na secretaria. Vejam o absurdo! E eu que sou oposição! Eu que sou radical! Mas setores dentro do próprio governo não gostaram do que falei, porque estavam aproveitando aquela onda de violência, talvez até incentivando, para ver se sobrava uma secretaria para seu grupo político, dentro do próprio governo.

Enfim, o governo começou a acertar, e a situação está mais calma. E agora podemos e devemos continuar refletindo acerca de ações necessárias. O painel RBS de ontem traz dez ações e não vou ler todas por falta de tempo, mas a maioria delas ainda é de forma defensiva, como se fosse apagar incêndio, isso no sentido figurado.

É preciso investir mais em segurança pública. Vão contratar mais 1.500 policiais militares, 300 agentes penitenciários. Parabéns pela iniciativa! Só que essas medidas foram rejeitadas pelo comitê gestor do palácio, em dezembro do ano passado. Precisou botar fogo em mais cem coisas para que o governo fizesse aquilo que já deveria ter feito antes.

Registre-se que começaram a colocar fogo aqui, deputado Manoel Mota, e o governo do Paraná, que não tem o meu apoio também, decidiu contratar cinco mil policiais militares. Isso é visão estratégica de estado. Quer dizer, viram que aqui a situação estava ruim e que se apertasse aqui iam correr para lá! Então, resolveram contratar cinco mil novos policiais militares. O que é melhor para eles e pior para nós, pois mais de um mil novos soldados de Santa Catarina fizeram concurso lá, porque o salário é melhor.

O estado do Paraná, que há dois anos pagava um salário menor do que o estado de Santa Catarina para um policial militar e não tinha um plano de carreira, agora paga um salário maior. E dos três mil novos policiais militares em Santa Catarina,

mais de um mil se inscreveram para prestar concurso público no Paraná.

Lá não havia plano de carreira, e agora todo policial, todo praça, de qualquer graduação, faz seleção para o oficialato e vai a tenente-coronel, enquanto aqui continuamos patinando.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, caro colega deputado José Milton Scheffer, representante da região sul, quero cumprimentar a presidente da Câmara de Vereadores de Passo de Torres, Marlene Dutra, assim como a procuradora jurídica Viviane Ramos e a contadora daquele município, Zenaide Andrade.

Sejam bem-vindas!

Quero também cumprimentar o meu amigo João da Silva, um dos grandes líderes do município de Araranguá, que veio visitar seu filho, servidor desta Casa, acompanhado do seu sobrinho, e também prestigiar este Parlamento.

O meu tempo é curto para falar hoje sobre o maior evento da história deste país, quiçá do mundo, que é o Arrancadão de Caminhões, ocorrido no Balneário Arroio do Silva. Por isso, deixarei esse assunto para semana que vem, mas gostaria de dizer, rapidamente, que não existe outro evento na categoria de transportes de carga, de caminhões.

A TVAL prestou um trabalho extraordinário, assim como a Rádio Alesc Digital e o Jornal da Alesc. Inclusive quero fazer um agradecimento ao presidente, a esta Casa, pelo trabalho extraordinário. Mas continuarei esse assunto em outra oportunidade.

Sr. presidente, gostaria de dizer que estou aguardando a eleição dos membros das comissões deste Parlamento para solicitar uma audiência pública em Araranguá, onde estou fazendo um

trabalho, desde a semana passada, com o objetivo de viabilizar no campus da UFSC, instalado naquele município, o curso de Medicina.

Trata-se de um sonho dos cidadãos do vale do Araranguá, da região sul de Santa Catarina.

A universidade comprou o campus da Unisul, em Araranguá, e terá condições de disponibilizar esse curso. E precisamos abrir as portas para as pessoas que não foram privilegiadas pela sorte, que não nasceram em berço de ouro.

Hoje os pequenos municípios estão passando muita dificuldade porque não têm médicos. E temos condições de criar o curso de Medicina em Araranguá. Eu tenho convicção disso!

Então, vamos fazer uma audiência pública, e tenho convicção de que este Parlamento estará lá presente, assim como os oito deputados que representam o sul, inclusive o meu presidente, os prefeitos que representam o vale do Araranguá, a Amesc, e especialmente o reitor da Universidade Federal de Santa Catarina. Então, é um momento decisivo para a vida da nossa região sul do estado.

O sul do estado, em razão da incompetência política do passado... Porque um projeto de um parlamentar era importante para um e não era importante para outro - e poderia ser senador, deputado federal ou deputado estadual. E aí a região, ao invés de crescer, foi enfraquecendo. Hoje a região sul e a região serrana são consideradas as regiões mais pobres de Santa Catarina, e é preciso haver um equilíbrio no estado. Não pode haver um desequilíbrio, com uma região norte lá em cima e as outras aqui embaixo. Somos todos catarinenses filhos de Deus e precisamos que haja um equilíbrio.

Eu tenho seis mandatos neste Parlamento e esqueci deles e me uni com quem tem um, dois ou três mandatos. E os parlamentares trabalham com um objetivo só: todos pelo sul de Santa Catarina. Somos oito representantes do sul trabalhando com garra e determinação. Um projeto que é de um parlamentar é de outro também!

Por isso, estamos praticamente prontos! O Porto de Imbituba tem condições de receber navios do mundo inteiro, de qualquer tamanho, sem riscos! O grupo Votorantim está investindo milhões lá e o governo do estado, que assumiu o porto, também vai investir milhões para que lá possam atracar os grandes navios do mundo inteiro.

Nós temos, hoje, um aeroporto referência. Nos próximos dias o Tribunal de Contas vai liberar, e já assumiram esse compromisso do Aeroporto de Jaguaruna... Vai ser o melhor aeroporto do sul do Brasil. Vai ser base para Argentina, Uruguai, Paraguai, Porto Alegre, Curitiba e Florianópolis. Aquele aeroporto está preparado para receber qualquer aeronave e também de lá vai haver vôo para qualquer lugar do Brasil e, com certeza, do mundo.

Nós temos uma BR-101 que está quase concluída. Há apenas alguns gargalos ainda como o Morro dos Cavalos, em Palhoça; a Ponte de Cabeçudas, em Laguna; e o Morro do Formigão, em Tubarão. Mas no Morro do Formigão já estão trabalhando, a ponte já está a todo vapor.

Estive no DNIT, ontem, e posso dizer que em seguida estará sendo licitada a obra do Morro dos Cavalos. E já estamos trabalhando pela quarta pista. Enquanto não sair o túnel, haverá a quarta pista para que o usuário da BR-101 não tenha que ficar duas ou três horas parado, como acontece em Laguna, na Ponte de Cabeçudas, aonde os usuários chegam a ficar cinco horas parados. Como é que os turistas vão sair da Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile para vir prestigiar as nossas praias catarinenses e ficar numa fila quatro ou cinco horas?

Nós que conhecemos, deputado Sargento Amauri Soares, pegamos os desvios, mas quem não conhece fica na fila pendurado. E no ano que vem não terá vontade de voltar aqui.

Quero dizer que se precisamos crescer, tem que crescer com estrutura, tem que crescer com geração de emprego e renda, qualidade de vida, precisa crescer com as universidades. E aí que se encaixa o curso de Medicina em Araranguá. É com

esse crescimento que, tenho certeza, a Universidade Federal de Santa Catarina não vai medir esforços para que isso aconteça.

A CDL da região já está ajudando e vai participar dessa audiência pública para que arranquemos fumaça branca da grande decisão para a nossa região. Nós precisamos da universidade pública gratuita no sul de Santa Catarina. Temos que investir para preparar a região para o desenvolvimento, para os investidores, com qualificação de mão de obra e a criação de cursos técnicos na região.

Então, aqui voto favorável em todos os projetos da região serrana, como no sul do estado, para haver um equilíbrio e vermos o nosso estado crescendo como um todo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência encerra a presente sessão e convoca outra, especial, para hoje às 19h.

Está encerrada a sessão.